

EMPREENDEDORISMO

Em ritmo acelerado

Em 2023, Brasília passou a ser a terceira cidade com maior número de operações de franchising, atrás de Rio e São Paulo. Interior do país também avança

» FERNANDA STRICKLAND*

Comandatuba (BA) — Mo-vido especialmente por fatores como o cresci-mento do agronegócio, o setor de franquias ganhou força fora do eixo Rio-São Paulo. Brasília ficou em 3º lugar em núme-ros absolutos de operações no país, atrás das metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro. A capi-tal federal também figura entre os municípios que mais cresce-ram no Brasil, em 4º lugar. Os dados constam do Ranking das 30 maiores cidades que mais cresceram por operações no pri-meiro semestre de 2023, divul-gado pela Associação Brasileira de Franchising (ABF).

No ano passado, a capital fe-deral ficou em 4º lugar, atrás de Belo Horizonte. Para Tom Morei-ra Leite, presidente da ABF, mes-mo após a forte expansão em 2022, os dados deste ano ratifi-cam a força expansionista do se-tor de franquias no país. “De for-ma descentralizada e associada particularmente à economia do agronegócio, do turismo e acre-dito também que esse avanço ocorre em razão da atratividade das marcas”, afirma.

O ranking apresenta, ainda, os 30 municípios que registraram o maior crescimento variável em número de unidades no primeiro semestre deste ano frente a igual período de 2022. Brasília passou da 12ª posição, no ano passado,

Ranking

Brasília se destacou muito no crescimento em comparação com 2022, ficando atrás apenas de São Paulo e Rio de Janeiro. Confira os municípios que mais cresceram em 2023, em números absolutos de operações e participação nacional

NÚMERO TOTAL DE OPERAÇÕES		
MUNICÍPIO	OPERAÇÕES	PARTICIPAÇÃO NACIONAL (EM %)
1º São Paulo	21.205	11,2
2º Rio de Janeiro	10.273	5,4
3º Brasília	4.625	2,4
4º Belo Horizonte	4.399	2,3
5º Curitiba	4.263	2,3
6º Salvador	2.657	1,4
7º Campinas	2.617	1,4
8º Goiânia	2.587	1,4
9º Porto Alegre	2.524	1,3
10º Recife	2.400	1,3

Fonte: ABF

para a 4ª colocação, neste ano, apresentando aumento de 9,5% no número de unidades, passan-do de 4.224 para 4.625 operações.

Perfil diferenciado

Na avaliação do diretor regio-nal da ABF Centro-Oeste, Mauro Hyde, o perfil socioeconômico de Brasília, com alta renda per capi-ta, explica a expansão diferen-ciada do mercado de franquias em relação às demais cidades brasi-leiras. “Isso mostra todo o poten-cial que nós temos não apenas em shopping, mas também nas lojas de rua. Nós temos vários modelos de franquias aflorando, e muitas

marcas que ainda estão chegando no Distrito Federal”, avalia. “Vejo isso como um potencial de mer-cado absurdo, uma cidade com uma renda altíssima e um poder econômico muito forte”, emenda.

De acordo com o executivo, a capital federal tem se tornado uma cidade mais empreendedo-ra e cada vez menos dependente do serviço público. “Nos últimos 10 anos, Brasília tinha pessoas que viviam exclusivamente pa-ra o governo federal, mas agora, a população brasiliense está se direcionando cada vez mais em empreender. Essa nova geração de jovens está querendo ser em-preendedor”, compara.

Dos municípios analisados no levantamento, quase metade (14 deles) não são capitais. Em 2022, esse número era 12. Não consta-va, por exemplo, Londrina (PR). Em apenas um ano, a cidade pa-ranaense saltou 25 posições e apresentou a maior variação en-tre as listadas (15,7%), passan-do de 971 para 1.124 operações.

A também interiorana Soroca-ba (SP) saltou do 27º para o 2º lu-gar no ranking, com variação po-sitiva de 10,9%, totalizando 1.098 unidades e corroborando com a força do interior de São Paulo no setor de franquias. Considerando todo o interior paulista (não ape-nas as 30 maiores), o crescimen-to foi de 24%.

Entretenimento

Uma evolução importante no mercado de franquias ocorreu no segmento de entretenimento e la-zer, que registrou alta de 32%. Só-cias na Criamigos, loja especiali-zada em ursos de pelúcia perso-nalizados, Natiele Krassmann e Veronicah Sella adotaram uma es-tratégia envolvendo brincadeiras.

“Nós temos até algumas frases, como ‘monetizar a brincadeira’. Le-vamos para o varejo um formato de entretenimento de vendas. Nosso intuito é uma compra guiada por sentimento, e não apenas pegar um ursinho de pelúcia”, diz Natiele.

*A jornalista viajou a convite da ABF

Brasil S/A

por Antonio Machado



machado@cidadebiz.com.br

Um passo à frente

O processo de aprovação da emenda constitucional que cria o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) substituindo três tributos federais (PIS-Cofins e IPI), o Imposto sobre Circulação de Mer-cadorias e Serviços (ICMS) dos estados e o Imposto sobre Servi-ços (ISS) dos municípios escancarou o nível raso do debate po-lítico e a ignorância dos que comentam sobre o que não sabem.

Para alguns, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da reforma tributária, aprovada no Sena-do e que volta à Câmara para avaliar as mudanças incluídas pelos senadores, foi “vitória de Lula”. A oposição votou contra, com Jair Bolsonaro (PL) afirmando que a reforma foi “propo-sita por aquele que tem orgulho de ser chamado de comunista”. Os petistas cumprimentaram o ministro Fernando Haddad. Numa entrevista, um economista tentou corrigir o festival de desinformação e atribuiu o projeto ao deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que subscreveu a PEC 45 original levada à Câmara em abril de 2019. Chegou perto, mas errou.

A reforma vem da dedicação do economista Bernard Appy desde que no Ministério da Fazenda, entre 2003 e 2009, era o interlocutor do think tank acionado para formular reformas, como a da Previdência, a da tributação geral, a das debêntu-res, a da exploração do pré-sal etc. Com a crise do Mensalão, a tributária foi para a gaveta. Anos depois, Appy a recuperou nos termos atuais, tendo o apoio de algumas empresas.

Presidente da Câmara de 2016 a 2021, o ex-deputado Ro-drigo Maia gostou do projeto, cujas linhas estavam na Ponte para o Futuro, o programa de reformas norteador do governo Michel Temer (2016-2018). Não fosse o infortúnio de Temer vis-à-vis a ação da Procuradoria-Geral da República (PGR), já abrindo caminho para Bolsonaro, e as reformas da Previdên-cia e tributária teriam passado com Maia.

A primeira passou com ele e o senador Davi Alcolumbre (União-AP) no Senado em 2019. A tributária está passando agora. Os governantes, em cada uma, não se esforçaram para aprová-las. A tributária foi compromisso do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), durante sua campanha para reelei-ção na direção da Casa. E foi sua decisão de manter a relator-ia da PEC 45 com o deputado Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB) o que a fez tramitar com relativa tranquilidade.

Portanto, os méritos da reforma que chega atrasada desde que, em 1988, a Constituição foi promulgada são de Maia, Li-ra, Aguiinaldo, Baleia e, como formulador, Appy, chamado por Haddad para assumir a secretaria responsável pelo suporte técnico ao Congresso na condução da PEC 45.

Pior do que está não fica

O desconhecimento sobre a mais importante decisão da Legislatura atual é limítrofe às muitas exceções incorporadas ao texto original. Ele previa somente uma alíquota, embora seus autores assim o fizessem para negociar no parlamento — que tem a prerrogativa exclusiva em questões constitucio-nais, sem envolver o presidente da República.

Sabiam que duas a três seria o formato politicamente possí-vel. Será mais que isso. As exceções, premiando setores empres-ariais com acesso às decisões políticas, foram inseridas na emen-da à Constituição como uma percentagem da alíquota principal, ainda incerta, pois dependente da trava segundo a qual a nova arrecadação não poderá exceder a atual — com base na métri-ca de proporção do Produto Interno Bruto (PIB), cerca de 12,5%.

Ainda assim, ao eliminar a cumulatividade da cobrança de impostos ao longo da cadeia produtiva, o resultado da refor-ma é muito superior ao sistema atual — uma colcha de retalho em que nenhum analista honesto ousa estimar uma alíquota média. A de referência do novo sistema deve ser até 27%, em-bora pessimistas falem em algo próximo a 30%.

E ela se compara com o quê? Com certeza, não se sabe. Mas, tomando-se o total da arrecadação sobre o PIB dos cin-co impostos como medida, as alíquotas atuais devem ser de 34% para mais. Então, pior não fica.

Valorizou-se a simplificação da complicação tributária com o fim do ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins por um IVA dual, dividi-do apenas para fins arrecadatórios pela CBS federal e o IBS de estados e municípios.

Mas o maior mérito está no potencial de revigorar a manu-fatura, que tende à irrelevância no Brasil — um crime diante da dimensão do país e do maior mercado de consumo de mas-sa do mundo ainda inexplorado em boa parte. Tal como se viu no passado nos EUA e na Ásia no presente, a indústria forte é o que move a área de serviços, maiores empregadores — do varejo e salões de beleza a softwares, games, cultura e lazer.

Cada regime especial com taxa de 40% a 70% da alíquota de referência — que será aplicada cheia a toda a indústria --, im-porá perda ao desenvolvimento nacional. Com a maior banca-da no Congresso, o agro já é altamente beneficiado pelo crédi-to subsidiado e uma tributação das mais frouxas será o gran-de beneficiado. No fim, o ônus será duplo aos mais prejudica-dos: nós todos, com mais impostos nos bens e serviços e com uma taxa de progresso econômico menor do que poderia ser.

Ainda assim, o resultado esperado tende a ser melhor que deixar como está nosso obsoleto sistema tributário. E há a ex-pectativa de que nas mãos hábeis do deputado Aguiinaldo Ri-beiro, relator da PEC na Câmara, a emenda constitucional re-mendada no Senado tenha algumas melhorias.

A questão de fundo, subestimada pela inteligência nacional, é o que o governo pensa fazer para romper a retranca do finan-cismo e do viés fiscalista que solapam o crescimento desde o fim do desenvolvimento dos anos 1950 a meados de 1980. Grandes reformas, como a trabalhista, a previdenciária e a dos marcos regulatórios, por si, só serão eficazes se estiverem associadas a uma política econômica focada no investimento que amplie a oferta, em vez de ativar a demanda, esse erro populista.

Se se inspirar na reindustrialização em curso nos Estados Unidos, política com selo bipartidário, buscará tirar o investi-mento para infraestrutura do orçamento, que é pouco, menos de R\$ 100 bilhões, visando maximizá-lo com fundos privados e com foco também em máquinas, equipamentos e a manu-fatura, inclusive médias indústrias, na fronteira tecnológica.

O crédito bancário de curto a longo prazo também precisa passar por um choque de oferta, que é o jeito eficaz de levar à queda dos juros. Fundos de crédito, que tem nos papéis de dívida de empresas seu ativo principal, são uma opção inter-essante. Tais diretrizes implicam outra política econômica, sem a dependência de metas fiscais, mas mantendo a aten-ção sobre a eficiência do gasto ordinário e a taxa de inflação.

Crescimento econômico puxado pela oferta à demanda in-terna e externa tende a reforçar o caixa de impostos, a reduzir o gasto social devido à abertura de mais empregos formais e põe o avanço da produtividade à frente das políticas de incen-tivo aos negócios. Sem uma combinação de tais fatores, atraso e desunião política continuarão no horizonte.



ARTIGOS NATALINOS
ARTESANATO E DECORAÇÃO

16 a 19
NOVEMBRO

Clube AABB – 10h às 20h
Setor de Clubes Esportivos Sul, Brasília – DF

(61) 99168 6481 – (61) 99809-7201 **WWW.CASAZULFELIPEAUGUSTO.ORG.BR**

ORGANIZAÇÃO:

Casa Azul

APOIO:

AABB
ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA
BANCO DO BRASIL